Experiência profissional:

De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1985 — exerceu actividade de direcção, estudo e controlo de obras em vários concelhos do distrito do Porto, em empreiteiro de obras públicas (Manuel Ferreira da Cunha Duarte, L.^{da}), e em gestão de pedreiras e britadeiras;

De 1 de Julho de 1985 a 1 de Julho de 1986 — exerceu actividade na firma VIDOR — Materiais de Construção, L.^{da}, com sede no Porto, em total e exclusiva responsabilidade reportada à gerência, na construção de complexo habitacional de 80 fogos na cidade de Paredes;

De 1 de Agosto de 1986 a 20 de Fevereiro de 1994 — exerceu funções no Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Sousa (CCRN), incidindo a sua acção em projecto, assistência técnica e acompanhamento de obras no âmbito da acção em projecto assistência e acompanhamento de obras na acção usual do GAT, com incidência especial em obras hidráulicas e complementares (abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos, regadios);

De 21 de Fevereiro de 1994 a 7 de Janeiro de 2002 — exerceu o cargo de vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Penafiel com os pelouros de águas e esgotos, obras particulares, habitação e urbanismo, indústria e informática. Neste período assume a coordenação e responsabilidade das unidades orgânicas municipais do Departamento de Urbanismo (Divisão de Obras Particulares e Divisão de Gestão Urbanística) e do Departamento de Serviços Técnicos e Ambiente (Divisão de Águas e Saneamento);

De 8 de Janeiro de 2002 a 3 de Abril de 2006 — exerceu CCRN, com incidência especial no acompanhamento técnico da execução de candidaturas à ON — Operação Norte do QCA III. Em apoio a instituições executa os procedimentos de concurso público de obras participadas, com preparação de cadernos de encargos, programas de concurso, actos de abertura de propostas e apreciação das mesmas;

De 3 de Abril de 2006 até a presente data — exerce funções de chefe de divisão de Planeamento e Gestão Urbanística do município de Baião.

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Luís Carneiro*.
1000307456

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS**Aviso**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 12 de Outubro de 2006, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de alteração ao loteamento e obras de urbanização sito no lugar de Igreja, freguesia de Roriz, concelho de Barcelos, titulado pelo alvará de loteamento e obras de urbanização n.º 14/91, de 27 de Maio, em que é requerente José Martins Mendes, contribuinte n.º 188387811, durante o período de 15 dias, com início no dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

O processo de alteração ao referido alvará encontra-se disponível, para consulta, nos dias úteis das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, na Secretaria da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Barcelos.

17 de Outubro de 2006. — O Vereador, *Manuel Carlos da Costa Marinho*.
1000307457

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR**Aviso**

João Manuel Borrega Burrica, presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, avisa que, de harmonia com a deliberação de Câmara realizada em 18 de Outubro de 2006, deliberou dar início à proposta de loteamento municipal do prédio rústico, a lotear com a área de 20 250 m², inscrito na matriz sob o artigo 82 da secção S na freguesia de São João Baptista e descrito na conservatória do registo predial com o n.º 01753/930907, localizado em Fonte Nova, em área de expansão urbana, classificada pelo Plano Director Municipal de Campo Maior, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, estabelecendo-se um prazo de oito dias após a data da publicação no *Diário da República* para qualquer interessado formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

Mais torna público que o aludido projecto de loteamento municipal poderá ser consultado durante o horário normal de expediente na Divisão de Obras e Urbanismos da Câmara Municipal e que quaisquer sugestões ou reclamações devem ser apresentadas dentro do prazo supramencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente aviso que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica*.
1000307420

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE**Aviso**

Para os devidos efeitos torna-se público que, de acordo com o meu despacho de 1 de Setembro de 2006, foi concedida a rescisão de contrato de trabalho a termo resolutivo certo à auxiliar de acção educativa Maria Antónia Guerreiro Madeira a partir do dia 3 de Setembro de 2006.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000307446

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que, de acordo com o meu despacho de 24 de Agosto de 2006, tiveram início em 4 de Setembro de 2006 os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do Código do Trabalho, com os seguintes trabalhadores, pelo período de um ano:

Maria Antónia Guerreiro Madeira, na categoria de auxiliar de acção educativa.

Anabela Godinho Rosa Faustino, na categoria de auxiliar de acção educativa.

Célia Cristina Martins dos Santos, na categoria de auxiliar de acção educativa.

14 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000307445

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO**Aviso****Renovação de contrato de avença**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 27 de Outubro de 2006, foi decidido renovar o contrato de prestação de serviços com o desenhador Rui Manuel Lobo Marinho, pelo período de seis meses, com início em 11 de Novembro do corrente ano.

27 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000307393

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO**Aviso**

Torna-se público que, por meu despacho de 4 de Outubro do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a técnica superior de 2.ª classe, engenharia geográfica, Anabela Lourenço Almeida Alves, pelo período de 12 meses, com início em 19 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000307460

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho de 4 de Outubro de 2006, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de

Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com o condutor de máquinas pesadas e veículos especiais João José Esteves Henriques, pelo período de 12 meses, com início em 6 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000307461

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho de 4 de Outubro do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a técnica profissional, comunicação e relações públicas, Guiomar Carrega Gil Amaral, pelo período de 12 meses, com início em 12 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000307465

Aviso

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e em cumprimento do meu despacho de 12 de Outubro do corrente ano, torno público que foram celebrados contratos a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de 12 meses, renovável, com início em 18 de Outubro do corrente ano, com Nélson José Brito Nogueira Salvado, João Luís Ramos Carria e José Maria Pereira Alves, para exercerem as funções de auxiliares administrativos no Departamento de Obras Municipais, mediante a remuneração mensal de € 412,06. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000307459

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Aviso

Discussão pública

Alteração ao alvará de loteamento n.º 10/92, lote 26, freguesia de Gondomar (São Cosme)

O major Valentim Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, nos termos do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 10/92, requerido pelo proprietário do lote 26, sito no lugar de Santo André, freguesia de Gondomar (São Cosme), a que respeita o processo camarário n.º 1722/90, pertencente a Rosa Celeste de Sousa Neves.

A alteração ao loteamento requerida por Ana Maria Ferreira Moreira consiste, relativamente ao lote 26, na introdução de cave, anexo e ampliação das manchas de implantação e de construção.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 93, Gondomar, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Valentim Loureiro*.
3000218886

Aviso

Discussão pública

Alteração ao alvará de loteamento n.º 28/93, lote 30, freguesia de Gondomar (São Cosme)

O major Valentim Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, nos termos do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 28/93, requerido pelo proprietário do lote 30, sito na Rua da Cavada, freguesia de Gondomar (São Cosme), a que respeita o processo camarário n.º 5032/89, pertencente a Carlos Alves Moura Fontes.

A alteração ao loteamento requerida por Joaquim Lourenço Martins da Rocha Silva consiste, relativamente ao lote 30, na introdução de cave, aumento da mancha de implantação, anexo e corpo de acesso à cobertura em terraço.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 93, Gondomar, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Valentim Loureiro*.
3000218883

Aviso

Discussão pública

Alteração ao alvará de loteamento n.º 28/85, lote 21, freguesia de Gondomar (São Cosme)

O major Valentim Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, nos termos do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 28/85, requerido pelo proprietário do lote 21, sito no lugar de Ramalde, freguesia de Gondomar (São Cosme), a que respeita o processo camarário n.º 1503/79, pertencente a Maria Eunice da Conceição Lima Dagge.

A alteração ao loteamento requerida por Silvério Jorge Almeida da Silva consiste, relativamente ao lote 21, na ampliação das áreas de implantação e de construção e na introdução de cave para garagem e arrumos.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 93, Gondomar, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Valentim Loureiro*.
3000218884

Aviso

Discussão pública

Alteração ao alvará de loteamento n.º 69/90, lote 38, freguesia de Gondomar (São Cosme)

O major Valentim Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, nos termos do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua